

## TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 54

A História do  
Pensamento Econômico  
como Teoria e Retórica

Pérsio Arida\*



PUC-Rio – Departamento de Economia  
[www.econ.puc-rio.br](http://www.econ.puc-rio.br)

Junho de 1983

\* Este ensaio é, no sentido forte do termo, um texto preliminar para discussão. Foi escrito entre março e junho de 1983 e contou com o apoio do PNPE. Seu conteúdo é familiar aos meus alunos em cursos de História do Pensamento Econômico e Teoria B lecionados no IPE-USP e na PUC-Rio de agosto de 1980 ao presente. Algumas das ideias aqui presentes já constavam de um artigo de 1979, intitulado “Reflections on Neo-Classical Thought” e apresentado em seminário conjunto do IAS e de Princeton University; outras ideias apareceram em artigo intitulado “A Teoria Econômica em Crise” e publicado em 1980 no Jornal da Tarde e depois em 1983 em coletânea organizada por M. L. Oliveira. Este ensaio aguardava verba para edição do texto rara Discussão quando recebi o número de junho de 1983 do Journal of Economic Literature cujo trabalho de abertura é “The Rhetoric of Economics” da McCloskey. Preferi, apesar de sobreposições, manter e publicar este ensaio tal qual havia sido escrito.

§ 1. O aprendizado a nível de pós-graduação da Teoria Econômica (TE) é, hoje em dia, efetuado de acordo com dois modelos distintos. No modelo americano, o estudante ignora a História do Pensamento Econômico (HPE) e as listas de leituras não contém textos escritos há mais do que cinco anos atrás. No modelo europeu, o estudante deve basicamente dominar os clássicos da HPE em prejuízo, muitas vezes, de sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da TE. Obviamente, nem todos os centros americanos conformam-se ao modelo americano como nem todos os centros europeus o fazem relativamente ao modelo europeu; ao invés da descrição empírica detalhada interessa captar, através da referência a estes dois modelos, posições culturalmente estabelecidas quanto ao significado do estudo da HPE. Por modelo europeu e modelo americano designamos tipos ideais que acentuam unilateralmente traços de realidade visando iluminar aspectos de interesse.

Os centros de pós-graduação no Brasil refletem a existência destes dois modelos, combinando, em proporções muito variadas, as normas de um e de outro modelo. Isto impede a construção de um curriculum para mestrado e doutorado com requisitos mínimos de homogeneidade entre os diversos centros. No entanto, os problemas colocados pela existência de dois modelos nítidos de aprendizado vão além das dificuldades pedagógicas de ensino e formação. Na verdade, os dois modelos espelham concepções diversas sobre a evolução da TE. Subjacente ao modelo americano está a ideia da fronteira do conhecimento; o estudante não precisaria perder tempo com os clássicos do passado porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da TE. Subjacente ao modelo europeu está a ideia de um conhecimento disperso historicamente; o estudante deveria dedicar-se aos clássicos do passado porque precisaria retilhar por conta própria as matrizes fundamentais da TE.

No modelo americano, a HPE é definitivamente história das ideias; à parte um elemento irreprimível de curiosidade sobre o passado, poderia perfeitamente ser desvincilhada por inteiro da TE. No modelo europeu, a HPE confunde-se com a TE, o estudo da última sendo indissociável à familiarização com a primeira.

Neste ensaio, refletimos sobre este duplo status atribuído à HPE, como história intelectual e como TE. Contra o modelo americano, afirmamos que a noção de uma fronteira do conhecimento falsifica a HPE como história intelectual. Contra o modelo europeu, afirmamos que a fusão entre História e Teoria é sempre imperfeita, aviesando simultaneamente HPE e TE. Por fim, reavaliemos a importância da HPE como história intelectual.

§ 2. A noção segundo a qual o estudo atual da TE consistiria em uma fronteira do conhecimento nos é familiarmente transmitida das ciências exatas. O físico em processo de aprendizado não precisa aprender História da Física; basta-lhe aprender o estado atual de sua disciplina para poder fazer

contribuições efetivas ao conhecimento. O passado de sua disciplina é assinalado pelos nomes daqueles homenageados por descobertas; mas à parte estas homenagens sentimentais, de tão grande peso na visão do mundo do cientista, o passado não desempenha nenhum papel. Pois a história da ciência, que culminou no seu estudo atual, não precisa, ser revisitada; suas contribuições positivas (do ponto de vista de verdade) já estão incorporadas ao estado atual e o restante consiste em conjecturas e concepções errôneas ou equivocadas.

Percebemos assim que a noção de fronteira do conhecimento traz consequências interessantes para a HPE. Por um lado, torna-a desnecessária do ponto de vista estrito do progresso da TE. Saber ou não teorias formuladas no passado de nada altera a capacidade de avançar a teoria; relega-se a HPE ao status de disciplina eletiva. Por outro lado, a noção de fronteira do conhecimento afeta a própria concepção da HPE como história intelectual. Se todas as contribuições positivas do passado se encontram assimiladas ao estado presente da TE, a HPE converte-se em uma história de erros e antecipações. Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado afasta-se substantivamente daquela que integra o estado atual da TE; antecipações quando a doutrina afirmada no passado prefigura o estado atual da TE. E se muda o estado atual da TE, muda a HPE; reescreve-se então a HPE, como inúmeras vezes se observou, a cada geração.

A “História da Análise Econômica” fornece o exemplo mais conhecido desta HPE norteada pela noção de fronteira do conhecimento. A definição cuidadosa da “análise” permite a Schumpeter lamentar desvios e glorificar antecipações tendo como referência o estudo atual da teoria; se Walras ali emerge com honra e distinção, foi por ter formulado a noção de equilíbrio geral e assim lançando as bases do estado atual da TE. Ao mesmo tempo, a referência à TE atual permite empreender a busca de antecipadores. Gera assim uma historiografia enfadonha onde se debate quem foi o primeiro a formular determinado conceito e cuja grande questão consiste em como entender os fenômenos *à la* Merton de simultaneidade de descobertas.

Norteada pela noção de fronteira do conhecimento, a HPE afirma-se como pura história das ideias. E como história das ideias adquire um formato específico: a história dos precursores lado a lado com a história dos desvios daqueles que acreditaram em doutrinas discrepantes das atuais. Seu eixo de referência é dado pelo estudo da ciência. A história das ideias é escrita iluminando-se o passado pelo presente. Seu interesse, do ponto de vista do avanço da ciência, é mínimo; e se o economista, por esta concepção, não precisa saber a história de sua própria disciplina, tende a dedicar-se à história do pensamento quando percebe que seus poderes analíticos se esgotaram. Norteada pela noção de fronteira do conhecimento, a HPE torna-se o campo dos economistas jovens pouco preparados para a árdua tarefa de avançar a ciência e dos economistas já estabelecidos que, já consagrados na sua juventude pelas contribuições dadas à Ciência, dedicam-se na maturidade a tópicos mais amenos.

§ 3. A noção de tempo implícita na fronteira da ciência não é difícil de ser precisada. Pertencem ao estado atual das ciências os textos escritos no passado recentíssimo; com algumas exceções, parece verdadeiro observar que o horizonte de cinco ou seis anos é suficiente para diferenciar a fronteira do conhecimento dos textos que integram a HPE. As exceções incluem textos seminais; mas mesmos estes textos seminais não, se situam em um horizonte retrospectivo muito mais longo. O horizonte retrospectivo máximo da macroeconomia, por exemplo, chega à década de sessenta; as exceções não têm assim mais do que vinte e poucos anos de passado. À exceção dos textos seminais, lidos basicamente por seu interesse de formulação de problemas, a espessura temporal da fronteira do conhecimento é muito reduzida. A educação, quando compreendida sob a noção de fronteira da ciência, depende de modo essencial do livro-texto que possibilita conduzir o estudante de uma formação genérica a fronteira do conhecimento; como esta tem espessura temporal reduzida, modifica-se substancialmente em pouco tempo, tornando livros-textos utilizados recentemente ultrapassados e criando constantemente a necessidade de novos textos didáticos.

Vimos acima que esta noção de fronteira do conhecimento fundamenta o modelo americano de ensino. Por sua própria natureza, trata-se de um modelo com elevada taxa de obsolescência intelectual. Se a fronteira do conhecimento tem pequena espessura temporal, o economista corre o risco de decaimento intelectual rápido se não se submeter a periódicas reciclagens e reexposições aos novos avanços da ciência. O economista que está permanentemente atualizado não adquire sabedoria, mas sim a memória dos erros e um senso ex-post desenvolvido dos caminhos de evolução da fronteira do conhecimento. O risco de obsolescência traduz-se na angústia que motiva a renúncia ao esforço de perseguir uma fronteira sempre movente do conhecimento em prol de tópicos mais seguros como a HPE.

Pois na história das ideias a noção de sabedoria tem sempre lugar e validade garantidos. O economista teórico do início dos anos 70, especializado nas estimativas econométricas da curva de Phillips de longo prazo com expectativas adaptativas, torna-se proprietário de um saber rigorosamente inútil menos de dez anos depois; inútil pois seu modo de pensar e equacionar os dados consistiu em um erro e não em uma antecipação do estado da teoria no final da década de 70. Em contraste, a familiarização com a história da disciplina é um processo rigorosamente cumulativo de conhecimento e reflexão. Na história das ideias, o conhecimento não se perde; a sabedoria, entendida como uma intuição do todo não racionalmente formulável, resulta naturalmente da intensidade do estudo. Os grandes textos da HPE não perdem sua posição de relevo dentro da disciplina em períodos curtos de tempo; Keynes, Marx, Schumpeter, Marshall, Walras, para citar apenas alguns, são tópicos quase permanente de investigação. Em contraste com a fronteira, cujo corpo de textos altera-se quase que integralmente cada cinco ou seis anos, a história de ideias proporciona um conjunto básico de textos cujo interesse, se bem que matizado e diferencia do ao longo do tempo, dificilmente chega a

ser corroído pelas transformações vividas em horizontes substancialmente maiores. Por isto, a obsolescência intelectual do estudioso da história do pensamento é muito menor; por mais que mude o ponto de gravidade da disciplina, dificilmente torna-se proprietário de um saber inútil.

§ 4. Em contraste com o modelo americano, o modelo europeu desconhece a noção de fronteira da ciência. Parte-se dos princípios de que as matrizes básicas da teoria econômica (Keynesiana, Marxista, Walrasiana, Ricardiana etc.) são, por um lado, de reconciliação problemática e, por outro, intraduzíveis em seu vigor original. Estes dois princípios requerem explicitação mais detalhada.

O princípio da reconciliação problemática afirma que as matrizes básicas da teoria não se contrapõem frontalmente; na verdade deslocam-se mutuamente. Entre a matriz A e a matriz B, é problemático tanto contrapor A a B como sintetizá-las. As duas matrizes, por estruturarem visões abrangentes do mundo econômico, dificilmente admitem fusões. Ao mesmo tempo, não se comportam como duas visões de um *mesmo* mundo, pois as características da economia postas em relevo por A distinguem-se daquelas postas em relevo por B; e nesta medida dificultam ao investigador a afirmação de seus méritos ou deméritos. Pelo princípio da reconciliação problemática, o investigador não tem escolha a não ser familiarizar-se com todas as matrizes básicas.

O princípio da não-tradução do vigor original afirma que toda transcrição das matrizes básicas envolve uma perda irremediável. Não haveria melhor modo de apreender a matriz marxista (ou Keynesiana etc.) do que lendo “O Capital” (ou “A Teoria Geral”); toda exposição secundária da matriz básica envolveria uma perda importante de entendimento. Pelo princípio da não-tradução, o investigador não pode escapar ao dedicar-se aos clássicos do pensamento econômico no esforço de assimilar as matrizes básicas da TE.

Por força destes dois princípios, o aprendizado da teoria passa, no modelo europeu, necessariamente pelo estudo da HPE. E o que vale para o aprendizado, vale também para o avanço da própria TE, entendido sempre como uma reflexão empreendida diretamente a partir da história do pensamento. O próprio conceito de história do pensamento de certa forma se de-historiza. Pois se é verdade que os clássicos do pensamento estão no passado, entendidos como obras de indivíduos mortos, é também verdade que eles coabitam o presente, constituindo-se fonte permanente de reflexão e problematização da realidade atual. Nesta medida, o conhecimento econômico vê esmaecida sua dimensão temporal. No modelo americano, o conhecimento relevante condensa-se nos textos dos últimos cinco anos; no modelo europeu, espraia-se nos textos dos últimos duzentos e poucos anos.

§ 5. No modelo americano, o estudo da História do Pensamento divorcia-se radicalmente do estudo da TE. A história do pensamento afirma-se como história intelectual cujo sistema de referência é dado pelo estado presente da Teoria. No modelo europeu, o estudo da História do

Pensamento confunde-se com o estudo da TE. Longe de ser uma disciplina localizada dentro da história geral das ideias, passa a ser vista como fonte de reflexão para a própria TE.

Na raiz destas duas concepções distintas da História do Pensamento está a divergência de julgamento quando ao estudo atual da TE. Se este pode ser caracterizado como fronteira, é correto conceber a História do Pensamento como uma história de erros e antecipações; mas se não existe fronteira, é natural voltar-se aos clássicos do passado no esforço de desenvolver a teoria. A existência ou não de fronteira depende, por sua vez, do modo de resolução das controvérsias surgidas ao longo da história do pensamento.

A evolução da ciência econômica é pontilhada, como o é o desenvolvimento de qualquer ciência, por controvérsias. Pouco importa aqui sua origem; importa saber seu modo de resolução. Implícita na noção de fronteira está a presunção da superação positiva das controvérsias. Por superação, entende-se que as controvérsias terminam e são percebidas como findas pelos seus participantes. Nesta medida tornam-se superadas afastando-se da fronteira e instalando-se definitivamente no passado, saindo da agenda do investigador interessado em desenvolver a teoria e passando para a agenda do historiador de ideias. Por superação positiva, entende-se que a resolução da controvérsia faz emergir sua verdade; e que esta verdade, entendida como o saldo positivo da controvérsia e aceita como tal por todos os participantes, incorpora-se ao estudo atual da ciência.

Se o modo de resolução das controvérsias corresponder ao modelo de superação positiva, então a noção de fronteira do conhecimento torna-se confiável. Percebemos assim que é a história do pensamento que permite validar ou não a noção de fronteira; trata-se, antes de mais nada, de saber como se resolvem as controvérsias no passado. Ora, um mínimo de reflexão mostra que a superação positiva fornece um modelo pouco adequado para captar o modo de resolução de controvérsias em economia.

Casos há onde a superação positiva é um modelo adequado. A controvérsia sobre integralidade nas funções demanda é um exemplo. Há casos, contudo, onde a superação positiva descreve apenas um aspecto parcial da controvérsia. Na chamada controvérsia de Cambridge a disputa sobre a existência ou não de “reswitching” de técnicas resolveu-se de acordo com o modelo de superação positiva; mas a disputa sobre os limites de aplicação do método da estática comparativa, parte integral da Controvérsia de Cambridge como um todo, simplesmente não foi resolvida. Esta terminou sem resolver vários dos impasses ali levantados. E este não é o único exemplo de controvérsias que terminam por cansaço e desinteresse. Lembre-se o “Methodenstreit” no final do século XIX, a controvérsia sobre os conceitos de firma representativa e renda nacional nas décadas de vinte e trinta, a controvérsia sobre a constância de velocidade renda da moeda no final da década de sessenta etc.

Se é verdade que as controvérsias muitas vezes não são levadas a seu término, não é menos verdade que muitas vezes seu término, quando acontece, não se associa com a emergência inequívoca

da verdade. O debate Ricardo-Malthus teve fim e como tal foi percebido na sua época; mas a vitória de Ricardo foi considerada, à luz da terminologia adotada aqui, primeiro como evidência de superação positiva, depois por Keynes como evidência oposta e agora, na perspectiva dos novos clássicos, novamente como evidência de superação positiva. Para complicar ainda mais o quadro, lembre-se que determinadas controvérsias, quando resolvidas, na verdade mudam de sentido. A resolução moderna de controvérsia Böhm-Bawerck/Hilferding sobre o problema de transformação por Seton é na verdade uma solução de um problema distinto do problema original; o teorema fundamental de exploração de Morishima é completamente estranho à crítica de Böhm-Bawerck sobre a dedução da teoria do valor trabalho a partir da troca de equivalentes.

Evidência mais grave contra o modelo de superação positiva surge com a permanência de doutrinas opostas por períodos muito longos de tempo. Tome-se o episódio da Revolução keynesiana. Os ataques de Marget e Hayek a Keynes não foram suficientes para evitar a consolidação do paradigma keynesiano a partir dos anos quarenta; mas foram suficientes para solidificar um núcleo de resistência a este paradigma que sobreviveu com expressão na arena do debate americano por mais de três décadas até lograr reverter a situação e fazer dos keynesianos a resistência isolada ao paradigma vigente. Da “Teoria Geral” até hoje, as controvérsias na macroeconomia entre clássicos e keynesianos não se caracterizaram pelo modelo de superação positiva, mas sim por cristalizações alternadas de consenso em torno de uma ou outra posição, associadas à inexistência de uma regra comum de validação empírica das diferentes proposições teóricas.

Não é necessário multiplicar referências à HPE para mostrar a inadequação do modelo de superação positiva. Desenvolvemos abaixo considerações sobre um modelo alternativo para a resolução de controvérsias na teoria econômica. A implicação básica a ser retida atém-se à dificuldade de sustentar a noção de fronteira de conhecimento quando se sabe que as controvérsias muitas vezes terminam sem resolução, ou continuam por períodos anormalmente prolongados, ou decidem-se pela alteração dos seus termos originais ou têm suas sentenças marcadas de forma ambígua pelo operador verdade.

§ 6. Se o modo de resolução das controvérsias não pode ser descrito pelo modelo de superação positiva, deixa de haver garantia de que o conhecimento ou as formulações verdadeiras desenvolvidas no passado estão preservadas no estado atual da ciência. A volta dos clássicos do passado adquire o caráter de uma recuperação, de um resgate da verdade. O ímpeto da volta é função do grau de desilusão quanto ao estado atual da ciência; quanto maior a desilusão, maior a propensão a empreender a arqueologia do saber voltando-se à HPE. Por mais que varie o grau de desilusão, e este varia muito, através do tempo, o fato é que a inadequação do modelo da superação positiva confere à HPE um interesse teórico. No modelo europeu, que é certamente o caso; o estudo da História do

Pensamento não se distingue do estudo da própria Teoria.

No entanto, o estudo da HPE sob o prisma da TE acarreta distorções tanto na primeira quanto na última. A distorção provocada na teoria decorre da tentação de inventá-la *ex-novo*. Na sua forma extrema, consiste em desconfiar por princípio de toda reflexão recente; em ignorar, sem qualquer sentimento de culpa, todos os desdobramentos atuais da teoria; e em só interessar-se por colegas de profissão cujo pensamento tenha sido formado escoliando os clássicos do passado. Ora, reinventar a teoria a partir da HPE só se justificaria se o modelo apropriado para o modo de resolução de controvérsias fosse o da superação negativa. Isto é, se as controvérsias terminassem preservando exatamente sua vertente de falsidade. O estado atual da ciência seria então a condensação de toda falsidade gerada no passado; ao investigador não restaria alternativa que não sua rejeição em bloco e a reconstrução da teoria desde o início a partir da verdade resgatada do passado. Se nos foi necessário argumentar com alguma extensão sobre os desacertos do modelo de superação positiva, não nos parece necessário fazê-lo para o modelo de superação negativa. O desenvolvimento da TE deve ser feito simultaneamente em duas frentes, familiarizando-se com o estado atual da ciência e com a HPE e tecendo, a partir destes dois saberes, a trama da verdade.

O estudo da História do Pensamento sob o prisma da Teoria é assim parte integrante do aprendizado e desenvolvimento da própria Teoria. A distorção, do ponto de vista da Teoria, consiste em converter esta parte no todo; a esta distorção, típica do modelo europeu, corresponde a distorção oposta, típica do modelo americano, que consiste em ignorar esta parte integrante, desprezando o papel da HPE para a formação teórica. Ambos os modelos acarretam distorções na TE. E quanto à História do Pensamento?

É inegável que o status da HPE é maior no modelo europeu do que no americano; se no segundo a história das ideias tem um interesse exclusivamente acadêmico, no primeiro passa a ter um interesse prático, inspirando a TE e prescrições de política. Se a HPE inspirada no modelo americano tem como sistema de referência o estado atual da ciência, a HPE inspirada no modelo europeu tem como referência as preocupações atuais da ciência. Já que no modelo europeu julga-se o estado atual da ciência como um deplorável acúmulo de erros e falsidades, busca-se na HPE a resposta para as preocupações atuais, voltando-se a ler os austríacos quando os conservadores ganham peso na arena política etc.

Esta utilização heurística da HPE não deve ser questionada quando o interesse na HPE se restringe à recuperação de ideias desperdiçadas ou esquecidas. No entanto, a compreensão da HPE decorrente desta utilização heurística dos textos clássicos do passado é, em geral, deficiente enquanto história do pensamento propriamente dita. Pois para aquele que se volta ao passado no intuito de resgatar ideias e intuições profundas sobre a TE, a HPE reduz-se a uma série de textos onde não importa sua posição no tempo nem seus autores – uma série de textos sincrônicos e despersonalizados.

Pouco importa o contexto de criação e formulação de determinada ideia; tudo o que importa saber é se esta ideia serve como base ou aprofundamento de algum aspecto da TE ou não. Na utilização heurística da HPE, o texto clássico do passado torna-se autônomo face ao contexto onde foi escrito e ao qual historicamente pertence.

Nada exemplifica melhor na vida intelectual brasileira esta utilização heurística da HPE do que os inúmeros e quase sempre efêmeros grupos de estudo formados em torno dos clássicos da HPE. Lê-se a “Teoria Geral” ou “Os Princípios da Economia Social” capítulo a capítulo, do primeiro ao último, afastando-se com desprezo de textos encilares de comentadores e contemporâneos. Parte-se da noção de que o sentido dos textos clássicos seja da do neles mesmos; como o texto de estudo forneceria a chave de seu próprio significado, trata-se de ler e reler inúmeras vezes o texto até que seu significado se torne transparente. Esta utilização heurística da HPE, defensável enquanto expediente para promover a TE, mas questionável enquanto HPE propriamente dita, constitui o tópico da próxima seção.

§ 7. Tornou-se chavão dizer que o texto deve ser analisado à luz de seu contexto. Todavia, na utilização heurística da HPE, para a qual os clássicos importam em função de sua presumida e esconsa verdade, o contexto no qual foram escritos perde importância. Uma vez que sua leitura é orientada pelos problemas atuais da TE, o único contexto de referência é o presente. Ao autonomizar o texto face a seu contexto de origem, na verdade substitui-se seu contexto de origem pelo contexto presente. A apreensão do significado do texto clássico do passado fica, no entanto, em geral prejudicada por este processo de desenraizamento.

A leitura do texto do passado informada pelo contexto presente não é necessariamente nociva à sua compreensão. Tal estratégia de leitura não oferece dificuldades desde que o contexto original não se distancie substantivamente do contexto presente. Ou seja, desde (a) que o objeto de análise seja aproximadamente o mesmo e (b) que a constelação intelectual vigente seja aproximadamente a mesma. Vejamos mais detidamente estas duas suposições que, se corretas, viabilizariam como HPE uma estratégia de leitura e interpretação dos textos clássicos do passado que tem como referência as preocupações atuais da TE.

Sob a suposição de semelhança do objeto de análise, o texto do passado perquire a mesma gama de fenômenos que preocupa o investigador no presente. Tal suposição vale para várias ciências exatas, pois a evolução do universo é muito lenta comparada à evolução da ciência. Mas para a TE, a suposição de semelhança deve ser demonstrada. Não se pode garantir a priori que o ciclo do século XIX retenha suas características básicas no ciclo do século XX; ler o texto clássico da HPE que aborda ciclos do século XIX, seus contemporâneos, como se discutisse os ciclos atuais pode levar a uma compreensão equivocada do seu significado. A mera coincidência vocabular deve ser encarada

com reservas. Se o texto clássico do passado discute o capitalismo e vivemos hoje sob um regime capitalista, não se segue que o objeto de análise seja o mesmo a menos que se demonstre que o capitalismo do passado continue inalterado essencialmente no presente. Se esta demonstração não puder ser feita, a leitura da discussão empreendida no clássico da HPE sobre o capitalismo como se fosse o capitalismo de hoje certamente distorce seu significado.

A suposição de semelhança da constelação intelectual vigente é de determinação mais difícil. Em uma de suas facetas, admite-se que o texto do passado se move dentro da mesma partição de conhecimento que vigora no presente. À guisa de exemplo, pode-se dissecar a teoria monetária de Adam Smith a partir da seleção, justaposição e montagem de trechos da “Riqueza das Nações” onde Smith discorre sobre tópicos afins à teoria monetária; mas este paciente esforço de “bricolagem” intelectual não pode almejar a uma compreensão adequada do texto clássico de Smith simplesmente porque a teoria monetária não existia como área isolada do saber econômico no século XVIII.

Há outras facetas igualmente problemáticas da suposição de similitude da constelação intelectual. Ao desenraizar-se o texto do passado do seu contexto original, ignora-se a rede múltipla de referências que o suporta e anima. Um exemplo interessante é o fornecido pelo capítulo 6 de “Teoria Geral” e seu apêndice sobre o “User cost”. Na nossa constelação intelectual, problemas da medida e agregação ocupam um papel muito restrito; a teoria aos números-índice não constitui, hoje em dia, um tópico ardente de discussão e debate a não ser diante das modificações sugeridas pelos donos do poder. Mas nos anos que antecederam a “Teoria Geral”, que não era o caso; a polêmica Pigou-Hayek sobre o conceito de renda nacional tinha terminado de forma inconclusiva e o capítulo 6 e seu apêndice da “Teoria Geral” devem ser lidos como uma tomada de posição dentro desta polêmica. Lê-los como textos autônomos e isolados, referidos à nossa constelação intelectual, conduz a compreender mal seu significado. Da mesma forma, o conceito de taxas próprias de juros do cap. 17 é tomado de empréstimo a Sraffa; este, por sua vez, formulou o conceito criticando o Hayek de “Preços e Produção”; a retomada do conceito por Keynes na “Teoria Geral” marca assim seu afastamento quanto a uma das teses básicas (e surpreendentemente moderna) do livro de Hayek, a saber, que a moeda só importa por afetar preços relativos. Ora, quem lê o capítulo 17 ignorando o debate Sraffa-Hayek só pode obter uma visão parcial de seu significado.

Não acabam aí os problemas da suposição de similitude da constelação intelectual. Mesmo quando a constelação que o texto do passado nos é familiar, a familiaridade pode revelar-se enganosa. Tome-se o caso das “Recherches” de Cournot. Na obra em que frequentemente se situa a gênese da economia matemática, nos pareceria natural interpretar a Sequência analítica monopólio-duopólio-concorrência como exemplificando uma consciência, moderna dos cânones do método científico. Ao colocar em relevo as “Recherches” com as demais obras de Cournot verificamos, no entanto, que as “Recherches” se integram não dentro de uma antevisão de moderna microeconomia, mas sim dentro

de um plano organizado do saber, cuja ênfase fundamental residia na substituição da impossibilidade de chegar à coisa em si da epistemologia kantiana por uma abordagem probabilística do conhecimento.

Supor que a constelação intelectual que preside o texto do passado se mantém no presente é, em geral, extremamente ar riscado. Graças a Foucault, sabemos hoje bem como a episteme que governa o pensamento da economia clássica, centrada no conceito de riqueza, se diferencia da episteme moderna e, no entanto, continua-se a ler os textos de economia política clássica como se estes se movessem dentro do nosso universo intelectual. Marx inicia o “Capital” com a frase, “A riqueza das sociedades capitalistas...”. Parte-se de uma falsa pista; a palavra “riqueza”, que marcaria uma continuidade temática com a economia política clássica, desaparece no restante de “O Capital”. Marx disfarça assim sua ruptura com a episteme clássica; mas isto só o percebe quem se dispõe a abdicar de noção de constância de constelação intelectual em benefício de uma abertura a organizações do saber distintas da nossa.

As dificuldades da suposição de permanência do objeto de análise e da constelação intelectual poderiam ser ilustradas com riqueza maior de exemplos. Tal não nos parece necessário. A menos de prova em contrário, a estratégia de leitura dos textos da HPE desvinculada do seu contexto original de formulação prejudica a apreensão de seu significado. Os textos do passado devem ser lidos como textos cifrados cujo código de entendimento só pode ser obtido pelo confronto com a multi-textualidade de seu contexto histórico. Pois do contexto histórico nada nos resta a não ser textos e objetos; reconstruí-lo é a arte do historiador das ideias, arte irredutível a procedimentos formais e que consiste essencialmente em uma operação de resgate de significado.

Tratar os textos da HPE como textos cifrados é uma estratégia prudente para livrar-nos da tentação de projetar o contexto presente no passado; ou ao menos para empurrar, na sua máxima distensão, os limites que nosso contexto de vida impõe à compreensão do passado. Por analogia ao dito de Ricœur sobre a ideologia, podemos dizer que a crítica da aplicação do nosso contexto de vida ao passado é uma tarefa que é sempre necessário começar, mas que, por princípio, é impossível terminar. E se guindo a metáfora criptográfica da HPE como textos cifrados, observamos que a chave de decodificação do texto encontra-se nos textos de seu contexto histórico. O erro do modelo europeu na leitura dos textos, da HPE desvinculados de seu contexto consiste justamente em supor que o texto é auto inteligível, fornecendo os elementos para sua própria compreensão. Além do exposto acima, esta estratégia de leitura deve ser criticada por duas outras consequências. De um lado, induz o leitor a querer dissolver todas as contradições do texto; se este é auto inteligível, sempre parece possível, através de uma exegese aperfeiçoada, recuperar a sua suposta coerência. Por outro lado, induz o leitor a preencher as lacunas do texto; se este encerra os elementos necessários para sua própria compreensão, a exegese perfeita permitiria ao leitor avançá-lo, fazendo sua a voz do autor do texto

original no afã de preencher silêncios e eliminar omissões. O mito da exegese perfeita do texto isoladamente considerando infelizmente ainda permanece firmemente instalado na nossa vida intelectual.

§ 8. Vimos que a HPE desempenha um papel crucial na formação teórica. O modelo europeu tem razão ao enfatizar a importância de absorver as matrizes básicas da TE no vigor de sua formulação original. Além do esforço de entendimento destas matrizes básicas, a leitura dos textos da HPE desempenha o papel de um expediente heurístico germinador de ideias novas diante do estado atual da ciência. Em que pesem estas características inequivocamente corretas, o modelo europeu enfatiza de forma indevida o papel da HPE como TE. É verdade, que a HPE constitui um manancial de ideias relevantes que podem não estar incorporadas na TE atual; mas não é menos verdade que a tentativa de inventá-la ex-novo contraria a razão. Não há como escoimar-se do estudo do estado atual da ciência, sob pena de uma efetiva regressão no conhecimento.

A atitude prescrita neste ensaio, do ponto de vista da TE, envolve ao mesmo tempo o estudo da HPE e do estado atual da ciência. Identificar o estado atual da ciência ao manejo de instrumentos analíticos é equivocado; por estado atual da ciência entende-se, além do instrumental de formalização e estimação, os modos de percepção do fenômeno econômico subjacentes ao instrumental. Mas só se aprende, desenvolve e critica o modo de percepção manejando o instrumental; para dar um exemplo simples, não se pode entender em sua plenitude o conceito de expectativa racionais sem preparo analítico para utilizar o operador esperança com e sem correlação serial etc. Nesta medida, prescrever ao mesmo tempo o estudo da HPE e do estado atual da ciência equivale a-prescrever erudição e cultura, de um lado, e capacidade analítica e formal, de outro.

Se a ênfase concedida à HPE como TE no modelo europeu peca por excesso, no modelo americano peca por falta. Ao situar a HPE como uma disciplina dentro da história geral das ideias, o modelo americano perde de vista seu potencial como TE. Seu pecado original, a noção de fronteira do conhecimento, é o responsável por esta ruptura entre TE e a HPE. Mas há uma lição do modelo americano que é necessário preservar. Vimos na seção anterior que a utilização heurística da HPE, defensável de ponto de vista da TE, é em geral equivocada quando se almeja uma compreensão adequada dos textos do passado. Ou seja, a dimensão de pura história intelectual não se confunde com aquela motivada pelo interesse da TE. É no modelo americano que se afirma, embora problemáticamente, a dimensão de história das ideias da HPE.

Desenvolver a HPE enquanto história intelectual exige situar os textos do passado à luz de seu contexto de formulação. No modelo americano, isto é sem dúvida feito; mas a história das ideias, por ter como referência o estado presente da ciência, como vimos acima, está longe de atingir sua máxima independência possível face ao contexto de vida do investigador. A HPE, enquanto disciplina da

história das ideias, exige colocar entre parênteses o estado atual da ciência. A taxonomia do passado em termos de erros e antecipações só poderia ser mantida sob a convicção segue o estado atual da ciência constitui a fronteira do conhecimento.

Segue-se que a construção da HPE propriamente dita, isto é, enquanto história das ideias, supõe um tipo de interesse e exige métodos de investigação essencialmente distintos daqueles necessários quando se utiliza a HPE como TE. Ler a teoria do valor no livro I de “O Capital” com o interesse posto na determinação de preços ou na crise do movimento geral do capital nos anos oitenta do século XX é muito diferente de ler o mesmo texto tentando deslindar as influências heterogêneas de Ricardo e Hegel. Enquanto história das ideias, os problemas da HPE não se distinguem qualitativamente dos problemas gerais de toda história das ideias, expostos de forma lapidar por Skinner no seu clássico e justamente famoso artigo de 1969 (“Meaning and understanding in the History of Ideas”, *History and Theory*, vol. VIII).

Admitida a diversidade da natureza entre a HPE enquanto TE e enquanto disciplina de história das ideias, coloca-se imediatamente a dúvida sobre o interesse em desenvolver a HPE como história intelectual. A HPE tem status e charme no modelo europeu porque este a percebe como TE; mas uma vez reduzida a história das ideias, não se tornaria uma disciplina de pouco ou nenhum interesse prático?

Não nos cabe aqui dissecar a visão tosca da prática social em que se inspiram aqueles que desprezam a história das ideias. A verdadeira questão é outra. Teria a HPE, enquanto história intelectual, alguma contribuição a dar para o entendimento do próprio conhecimento científico da economia? A gama de respostas a esta questão é limitada. Enquanto história intelectual, a HPE constrói-se visando determinar o significado dos textos à luz de sua multitextualidade de referência: os textos críticos ou de apoio de seus contemporâneos, os textos que refletem o momento intelectual então vigente, os textos programáticos do autor, etc. O texto aparece sempre no plural. E neste plural de textos não se busca, enquanto disciplina intelectual, novas ideias substantivas. Logo, se a HPE enquanto disciplina intelectual contribuir para a ciência atual, não o será pela massa substantiva de conhecimento gerado sobre o modo de funcionamento das economias existentes. Veremos nas próximas seções que classe de conhecimento gerado na HPE tem relevo para o desenvolvimento da ciência econômica.

§ 9. Contra o modelo americano, criticamos a noção de superação positiva; contra o modelo europeu, criticamos a noção de superação negativa. Mas se as controvérsias não se resolvem inequivocamente de modo a preservar quer a falsidade quer a verdade, não deveríamos abandonar de vez o operador verdade na qualificação das sentenças do saber econômico? Em analogia ao teorema de Tarski rara a semântica, não deveríamos dizer que os conceitos de proposição verdadeira e de

proposição demonstrável jamais coincidem, o primeiro sendo mais abrangente que o segundo? Trata-se de colocar em jogo a própria cientificidade do saber econômico. De forma propositadamente sintética, afirmaremos a seguir algumas teses que nos parecem cruciais.

§ 10. Nenhuma controvérsia importante na TE foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. Não importa aqui o rigor do teste; o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas, exceção feita àquelas, cuja própria formulação foi expressa empiricamente [e mesmo assim, com que dificuldade! Lembre-se o caso do coeficiente a ser igual ou não a um na curva de Phillips]. Dito de outra forma, não existem regras comuns de validação aceitas por todos os participantes em controvérsias de relevo. A crise de 29 não prova a “Teoria Geral” aos olhos dos novos clássicos assim como as estimativas das condições de Euler relativas à alocação intertemporal entre trabalho e lazer não prova Lucas para os keynesianos. Os exemplos podem ser facilmente multiplicados.

Disto não decorre que o teste ou exame empírico não tenha importância; pelo contrário, ambas as partes envolvidas em um debate se esforçam por documentar ou invocar traços do real que sirvam para reforçar suas posições e ilidir argumentos adversários. O ponto é que os testes empíricos são sofisticados *ad infinitum* sem potencial efetivo de resolução de controvérsias. Aos que se chocam com esta observação, fica um desafio: encontrar um debate envolvendo matrizes básicas de concepção da realidade econômica que tenha sido consensualmente resolvido através da evidência factual. O papel metodológico de econometria é um fantástico faz-de-conta. Todo mundo sabe que seu poder de decisão é ultimamente irrelevante, mas faz-de-conta que não sabe. A econometria faz sentido quando entendida como desdobramento de investigação efetuada dentro de uma dada matriz conceitual; torna-se desprovida de significado quando entendida como critério de aferição da verdade de matrizes conceituais diversas. Duhem afirmou que nunca se pode produzir uma rejeição conclusiva de uma teoria; as teorias econômicas não são exceções à regra.

§ 11. Isto quer dizer que a epistemologia falsificacionista, que tanto apelo exerceu e exerce sobre economistas, *não* provê uma descrição adequada de sua própria prática científica. Mas ao mesmo tempo, a HPE nos mostra que as controvérsias se resolvem. Não porque uma das teses foi falsificada; mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas ideias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso relativo em torno de si.

O reconhecimento de que as controvérsias se resolvem retoricamente e que, portanto, o avanço da teoria econômica se faz dependendo da arte retórica, é dificultado pela desconfiança do senso comum face à retórica, é dificultado pela desconfiança do senso comum face à retórica. Mas nada é

mais equivocado do que a noção de que a ciência social consiste em preceitos que visem minimizar o papel da habilidade retórica. Na verdade, são as regras de retórica que dão caráter científico à ciência. Este ponto é delicado e exige maior cuidado.

§ 12. Se as controvérsias não se resolvem empiricamente, não deveríamos abandonar o operador de verdade? A resposta é negativa. A comunidade de cientistas debate sob o pressuposto de comunicação ideal, como bem o demonstrou Habermas; o operador de verdade marca a disposição de renunciar a posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca. Acontece que o conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia. Pois é a retórica que provê o substrato comum que permite a homogeneidade do discurso, de suas formas de argumentação e, portanto, de evolução. Garantiria a existência de um “core” retórico a adequação do discurso ao ser ou a verdade no seu sentido clássico? Ricœur bem argumentou sobre os enganos desta noção clássica de verdade; e Aristóteles intuiu a resposta ao dizer que não se pode pretender falar com o mesmo grau de cientificidade sobre todas as coisas...

§ 13. Quais seriam as regras retóricas consensualmente aceitas?

- (a) *Simplicidade*. Esta regra que privilegia a elegância formal estabeleceu-se em parte diante das exigências do espírito e em parte derivada das ciências naturais. Georgescu-Poegen observou com propriedade que os fenômenos puros são analiticamente formuláveis com simplicidade.
- (b) *Coerência*. Não é preciso ser um lakatosiano extremado para olhar com suspeita hipóteses *ad hoc*.
- (c) *Abrangência*. O argumento deve dar conta de todas as evidências empíricas disponíveis. Como vimos acima, isto é sempre possível; trata-se simplesmente de burilar com suficiente minúcia e argumento.
- (d) *Generalidade*. O argumento deve subsumir seu adversário como um caso particular. Exemplos: a tesoura Marshalliana costurando o valor com Ricardo e Jevons como lâminas; Marx no livro II do “Capital” ao subsumir mercantilistas, clássicos e fisiocratas como recortes unilaterais do processo de circulação do capital; Keynes na “Teoria Geral” ao atribuir aos clássicos apenas uma das posições possíveis de equilíbrio; Sraffa do “Produção de Mercadorias” ao desviar-se do problema dos retornos de escala, sendo depois associado ao caso específico de retornos constantes de escala em oposição ao modelo neoclássico geral etc.

- (e) *Redução de metáforas.* Todo argumento retórico é irremediavelmente metafórico; a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição; disto sabem todos os teóricos da retórica, de Aristóteles a Peralman. Mas como os economistas praticaram a retórica sem o saber e, o que é pior, dela desconfiando, o argumento que se apresenta *vis-à-vis* o candidato alternativo como menos carregado de metáforas tem maior poder de plausibilidade. A metáfora atinge seu máximo de eficiência retórica no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais; no decorrer do debate ou da controvérsia, tenta-se efetivar ao máximo possível sua eliminação que, com respeito a Bachelard, denominamos redução.
- (f) *Formalização.* O argumento que puder ser formalizado tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literariamente. Esta regra supõe, é claro, que o público seja capaz de entender a formalização; toda formalização precoce é, neste sentido, prejudicial, como bem o demonstra a repercussão imediata das “Recherches” de Cournot.
- (g) *Reinventar a tradição.* Trata-se de uma estratégia de retórica que consiste em recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta. Keynes inventou os clássicos e se imaginou continuar a tradição anti-Ricardiana de Malthus; estratégia eficiente, como se viu, mas ardilosa – basta lembrar que o arqui-clássico Picou defendeu em 1931 as mesmas políticas antidepressivas que a “Teoria Geral”. Marx inventou a economia vulgar e se imaginou retomando o fio da economia política clássica; Lucas reinventou a tradição austríaca do estudo do ciclo como o fenômeno de equilíbrio e denunciou Keynes como um desvio etc.

Observe-se que a reinvenção do passado de forma a criar uma tradição não é expediente retórico próprio à economia; os surrealistas redescobriram Bosch, Picasso a arte africana primitiva e o ABC da literatura de Pound é o ABC da reinvenção da tradição pré-poundiana, para ficar com exemplos notórios. Os pós-keynesianos reinventaram sua tradição enfatizando o mundo da incerteza e da moeda existente, na T. G. em contraste com o mundo do multiplicador da interpretação Hicks-Samuelson; e é claro que ambos existem, que a Teoria Geral comporta ambas interpretações, que se trata – e não há nenhum mal nisso – de uma estratégia retórica dos pós-keynesianos. Kant defendia Leibniz de seus próprios seguidores desculpando-o do pecado de dogmatismo tal como Davidson defende Keynes de seus próprios seguidores (como Hansen) desculpando-o do dogmatismo da teoria do multiplicador disfarçado na IS/LM – só que entre Kant e Davidson há um mundo...

§ 14. Após inúmeras tentativas de aplicar Kuhn, Lakatos, Popper e outras metodologias da ciência à economia, restou a certeza óbvia de que a prática da ciência econômica não se conforma aos preceitos formulados a partir das ciências naturais. Retornar à *verstehen* weberiana, ao argumento

Neo-Kantiano sobre as diferenças entre as ciências naturais e sociais não parece um caminho promissor. Porque não empreender uma autorreflexão abandonando o faz-de-conta e as ilusões de metodologias que nunca refletiram a prática efetiva da teoria econômica?

É dentro desta linha de preocupações que se insere o estudo das regras de retórica. Como logram os economistas convencer seus pares sobre a veracidade de seus pontos de vista? Quais são as regras retóricas que norteiam a resolução de controvérsias e nesta medida moldam o desenvolvimento da ciência? Trata-se de questão crucial para o próprio estatuto científico da economia; não para enunciar julgamentos com base no enfadonho par de opostos ciência/ideologia, mas para clarificar, e nesta medida criticar, a própria modalidade de discurso existente. Ao tornar explícitas 7 regras, imediatamente põe-se em pauta sua razoabilidade. Se de fato comandarem consenso, existiriam outras regras? No limite, pode-se imaginar o debate econômico como norteado por quesitos retóricos explícitos que propiciaram uma seleção rápida e coerente de hipóteses e teorias.

§ 15. Preocupar-se com a retórica significa aumentar a consciência dos economistas face a sua própria prática científica. O papel reservado à HPE nesta autorreflexão é evidente. Trata-se de analisar as controvérsias do passado para ressaltar os procedimentos retóricos envolvidos. As 7 regras de retórica, aqui mencionadas, fornecem apenas a superfície da estrutura retórica que define a economia como modalidade de discurso científico. A HPE, como estudo aplicada de retórica, pode ter a função de aumentar a autoconsciência dos economistas e, nesta medida, contribuir positivamente para a TE sem perder seu caráter de história intelectual. Superar-se-ia, assim, o dilema entre uma história intelectual inútil para a TE do modelo americano e uma HPE que perde sua dimensão de história das ideias no modelo europeu.

§ 16. Em textos anteriores, afirmei a necessidade de estudar as controvérsias em economia à luz de uma hermenêutica generalizada. Por hermenêutica, acentuava o caráter interpretativo de todo debate; por generalizada, acentuava que interessava captar como cada debatedor interpretava as proposições rivais em seus próprios termos. Tinha em mente as regras (d) e (g) acima. Nos próximos ensaios, o estudo da HPE como retórica será aprofundado tendo Marx e Keynes como objeto.